

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E O PERFIL DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA TUTELA DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS: uma análise das ações civis públicas propostas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo entre os anos de 2007 a 2012¹

Viol, G. P.

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP

O governo tem desenvolvido, especialmente, nos últimos dez anos, ações para aprimorar o sistema de justiça a fim de poder garantir uma justiça cidadã, próxima ao povo, inserindo-se essas políticas em um cenário de consenso da constatação dos problemas judiciários, como a morosidade de processos judiciais e a não eficácia de suas decisões (CAMPOS, 2011). A presente pesquisa analisa esse cenário da democratização do acesso à justiça sob a ótica da Defensoria Pública. A pergunta que a orienta é: qual é a postura da Defensoria Pública paulista nas ações civis públicas (2007 – 2012), classificadas conforme ano de propositura, em relação ao tipo de direitos difuso e coletivo tutelados? Assim, o objetivo geral da pesquisa é o estudo desse cenário da democratização do sistema judicial e do perfil de atuação da Defensoria paulista na tutela de direitos difusos e coletivos a partir da análise das ações civis públicas, propostas por esta, no período de 2007-2012. Como objetivos específicos, destacam-se: a) realizar revisão bibliográfica do tema da democratização do acesso à justiça sob a perspectiva da Defensoria e da relação desta com os direitos difusos e coletivos; b) selecionar as ações civis públicas propostas pela Defensoria paulista no período mencionado e c) analisar essas ações, visando ao levantamento quantitativo de dados de quais foram as demandas de direitos difusos e coletivos no período. Quanto à metodologia, está em andamento a revisão bibliográfica mencionada e, principalmente, a pesquisa se desenvolve por meio da análise das ações civis públicas propostas pela Defensoria no Estado de São Paulo no período de 2007 a 2012. A Primeira Subdefensoria Pública-Geral autorizou a pesquisadora à realização da pesquisa, contudo, afirmando não dispor de sistema integrado ou arquivo centralizado com acesso às ações civis públicas de 2007-2012, todavia, houve uma solicitação aos defensores para a remessa da cópia das ações, cujo material seria disponibilizado para o e-mail da pesquisadora. Até o presente momento, há aproximadamente disponíveis 178 ações

¹ Pesquisa fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

civis públicas. Por meio das ações civis públicas obtidas, uma sistematização delas em um banco de dados tem sido elaborada. Assim, a partir dessas informações sistematizadas, almeja-se a constatação de quais direitos foram mais e menos recorrentes, servindo esse banco de dados para a análise de natureza quantitativa, a fim de delinear o perfil das demandas, referentes às ações civis públicas, dessa instituição. Em termos de metodologia, a pesquisa se configura como exploratória (SEVERINO, 2007), já que levanta informações sobre o perfil da Defensoria paulista no tocante às ações civis públicas propostas no período em análise e tem natureza predominantemente quantitativa. Em relação a resultados parciais, a partir da revisão bibliográfica realizada relativa à Defensoria Pública e à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que ainda está em andamento, é possível pontuar conclusões a respeito dessa instituição, principalmente, relativas à sua contribuição para construir uma justiça mais democrática e efetivar o direito fundamental do acesso à justiça. Essas observações auxiliam a construir o perfil dessa instituição, sendo possível afirmar que sua atuação no processo coletivo, especificamente, nas ações civis públicas, objeto da presente pesquisa, é reflexo dessa vocação voltada à democratização do sistema de justiça. É possível apontar também que existe uma estreita relação entre a Defensoria e a sociedade para o diálogo com a sociedade, como pôde ser observado na Defensoria do Estado de São Paulo quanto à participação social no movimento de sua criação, nas propostas do Anteprojeto e na contemplação de suas principais propostas pela Lei Complementar Estadual 988/2006. Foi elaborada também uma tabela com os principais dados das ações civis públicas (petições iniciais) ajuizadas pela Defensoria paulista no período de 2007 a 2012. A tabela está composta por 34 ações civis públicas, sendo extraídos os seguintes dados: Regional/ Unidade da Defensoria do Estado de São Paulo que ajuizou a ação; comarca onde proposta; autor; réu; data de propositura; objeto; pedido e tipo de direito (direitos coletivo, difuso ou individual homogêneo). A partir desse banco de dados, é possível verificar quais foram as demandas do período: as mais recorrentes foram relacionadas à proteção da moradia (8 ações civis públicas), ao acesso à educação infantil (6), à proteção do meio ambiente (5), ao direito das pessoas presas (5), à proteção de patrimônio tombado (4) e à proteção do consumidor (2). Aponta-se que uma mesma ação apresentou demanda referente à proteção da moradia e do meio ambiente. Houve também uma demanda de cada referente a fornecimento de transporte público especializado às pessoas portadoras de deficiência física e/ ou mental; tutela do direito de crianças que tiveram suprimido um ano inteiro letivo; reconhecimento da ilegalidade de sistemas de bolsa de estudos; suspensão de Projetos de Lei em andamento em Câmara Municipal e efetivar a assistência social em um Município.

Referências

CAMPOS, M. V. de. **Não basta a Justiça ser célere, precisa ser acessível.** [2011].

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B2C6FA354-9062-4927-9767-DE925A5EA180%7D>. Acesso em: 14 dez. 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo; Cortez, 2007.